

---

## ESCOLAS QUE SÃO ASAS: UMA ANÁLISE SARTREANA DA ESCOLA DO CAMPO

### Wings school's: the study of rural school by Sartre philosophy

Débora Jurado Ramos  
Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual De Londrina  
[deborajurado@gmail.com](mailto:deborajurado@gmail.com)

Jeani Delgado Pascoal Moura  
Professora adjunta do departamento de Geografia da Universidade Estadual de Londrina  
[jeanimoura@uol.com.br](mailto:jeanimoura@uol.com.br)

Artigo enviado para publicação em 30/04/2018 e aceito em 24/07/2018

DOI: 10.12957/tamoios.2018.33880

#### RESUMO

A partir do existencialismo proferido por Sartre (1987), procuramos entender a escola do campo por meio de sua formação, considerando-a como um objeto “em si”, com sua essência teoricamente construída e situações que a tornaram objeto de luta e conquista. Os indivíduos que atuam nestas instituições, seres denominados por Sartre como “para si”, desfrutam da liberdade de escolha. O argumento é que a escola sendo um objeto “em si”, não se escolhe, não constrói uma educação que busque a liberdade do ser. Tais escolhas influenciam a realização da essência da escola do campo, a partir de práticas educacionais dependentes de decisões individuais e coletivas, o que pode ir ao encontro, ou afastar a escola em teoria de uma escola em prática. Movidos por sentimentos de falsa elevação social pela profissão, em alguns casos, os professores acabam por distanciar a escola do campo de sua essência. A solução encontra-se na revolta e liberdade. Revolta diante da conscientização da situação social, cedendo ao fato que professores e alunos participam da classe social dos trabalhadores. A liberdade manifesta-se em escolher se unir e lutar. O “ser para si” se livra de suas condições sociais e admite uma educação do campo para o campo.

**Palavras-chave:** Liberdade; Essência; Revolta; Educação.

#### ABSTRACT

From the existentialism given by Sartre (1987), we try to understand the rural school through its formation, considering it as an object "in itself", with its theoretically constructed essence and situations that have made it the object of struggle and conquest. Individuals who work in these institutions, beings called by Sartre as "for itself", enjoy freedom of choice. The argument is that the school being an object "in itself", does not choose, does not construct an education that seeks the freedom of being. Such choices influence the achievement of the essence of the rural school, from educational practices dependent on individual and collective decisions, which can meet, or move away from school in theory of a school in practice. Driven by feelings of false social upheaval by the profession, in some cases, teachers eventually distance the rural school from its essence. For an important understanding its necessary revolt and freedom. Revolt before the awareness of the social situation, yielding to the fact that teachers and students participate in the social class of the workers. Freedom manifests itself in choosing to unite and fight. The "being for itself" gets rid of its social conditions and admits an rural education to rural places.

**Key-words:** Freedom; Essence; Revolt; Education.

---

---

## INTRODUÇÃO

Durante a construção da educação brasileira se discutiu sobre a essência da escola e a educação do campo se presentificou nesses debates. Foram necessários muitos anos de luta para que a escola do campo fosse inserida como educação formal, com a necessidade de adequações na metodologia, calendário e legislação. Comemorou-se em 2018 o aniversário de 22 anos da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em que a educação do campo foi definida e institucionalizada. Um cenário de lutas balizou esta conquista, em que movimentos sociais urbanos e do campo uniram-se em prol de uma educação para o campo, processo que propiciou a criação da essência da educação do campo. A noção de essência e existência proferida por Jean-Paul Sartre (1987) contribuiu para pensar os objetivos deste modelo educacional voltado aos interesses dos trabalhadores rurais e da agricultura familiar. Contudo, segundo dados do Censo Escolar/INEP (2015), oito escolas do campo foram fechadas por dia no ano de 2014, totalizando 4.000. Um número alarmante, principalmente para estas instituições que são vistas, pelos movimentos de luta pela reforma agrária, como essenciais nos avanços e conquistas neste âmbito. A fim de entendermos a essência dessas escolas é que nos debruçamos no pensamento de Jean-Paul Sartre (1987; 2002a; 2002b) do existencialismo francês, a partir do seu estudo sobre revolta e liberdade nas contradições dos objetos “em si” e “para si”.

Estão envolvidos na construção e na execução da escola do campo diversos indivíduos, sendo educadores, alunos, equipe pedagógica, funcionários e comunidade mais ampla. Cada indivíduo presente nesta construção coletiva tem o direito irrefutável da liberdade de escolha de sua essência, segundo Sartre (1987; 2003a; 2002b), escolhendo-se acabam por escolher o mundo em que vivem. Desta forma, qual as escolhas desses indivíduos? Elas vão ao encontro da essência da escola do campo?

Segundo Benhamida (2000), Lima (2004), Silva (2005) e Sarde Neto (2014), observando as escolhas dos indivíduos, em uma sociedade capitalista, os professores são condecorados com uma elevação social a partir do saber, que em prática só acontece no imaginário coletivo da população. Esta elevação é concedida a custo de um respeito destes profissionais a regras da classe burguesa. Os educadores são situados em uma posição social controlada e suas escolhas tendem a seguir por caminhos que não favorecem a união com a classe trabalhadora.

Para compreendermos essas situações, impulsionadas pela estrutura econômica, nos debruçamos no debate de Marx (2008), que apesar de representar uma corrente filosófica diferente da apresentada neste artigo, não se torna uma contradição conceitual, pois o existencialismo francês, segundo Sartre (2002), se propõe em teorizar a margem do marxismo e não o apondo.

Sendo o existencialismo de Sartre (1987; 2002a; 2002b) uma corrente filosófica que transita entre a fenomenologia de Heidegger e o marxismo, seria impossível que o filósofo não discordasse desses autores em diversos pontos. Em relação a Marx (2008), Sartre se posiciona contra a ideia de que os indivíduos sempre são condicionados pela estrutura econômica. Para que os indivíduos possam se livrar dessas correntes de condicionamento social é necessário a revolta, que será possível quando os indivíduos estiverem situados em suas condições econômicas, culturais e sociais. A educação se faz mais do que necessária e a educação do campo, que nasceu a partir da percepção desta situação pela classe trabalhadora, se justifica.

---

A necessidade de se situar a liberdade se torna importante para que os indivíduos possam se libertar. É necessário a revolta, isto é, a transgressão ao condicionamento social, que é possível quando estão situados. Na educação, a liberdade se traduz na oportunidade dos professores e alunos escolherem a escola que desejam, porém, tal união requer que o professor perceba o seu real papel social para que seja possível reconhecer o aluno como indivíduo livre e inteligente, trazendo a luz que a união renderá a construção e a liberdade do conhecimento.

## A ESCOLA DO CAMPO COMO UM OBJETO “EM SI”

Quando se indaga sobre as revoltas no mundo contemporâneo e suas análises feitas por diversos estudiosos, Sartre (2002) se destaca por seu engajamento revolucionário e sua preocupação com a liberdade de escolha do ser.

A luta pela reforma agrária é uma das mobilizações que mais se evidenciaram na história brasileira nos últimos 40 anos, o que torna o seu estudo de extrema importância. Dentro deste movimento a educação é vista como objeto de luta e suas metodologias se adequam às necessidades percebidas pelos envolvidos, permeando o senso crítico, situando os seres e permitindo-lhes a liberdade de escolhas e ações sobre o meio em que vivem.

Para compreender a essência da Escola do Campo à luz da filosofia sartreana, é necessário elencar alguns conceitos fundamentais desenvolvidos por este filósofo. Na conferência proferida em 1946, denominada “O Existencialismo é um Humanismo”, Sartre pretendia esclarecer alguns pontos do Existencialismo, obscuros para os leitores de suas obras que levavam a equívocos de análises. O filósofo argumenta sobre a essência e a existência das coisas, e é neste ponto que nos debruçaremos para compreender a finalidade de luta da escola do campo.

Pensar a Educação do Campo pela perspectiva existencialista francesa justifica-se pelo olhar libertador e pela iluminação humana de sua situação irrecusavelmente autônoma. O ser assume-se ambíguo (BEAUVOIR, 1970), insustentavelmente leve (KUNDERA, 1985), trajando a impossibilidade em negar o ato de escolher, assim, ele suporta a angústia de seu destino, para além disso, padece da carga de compreender que escolheu o porvir de todos a sua volta. Sartre (1987) esclarece, segundo a ontologia de sua filosofia, a essência das coisas e dos seres humanos, considerando-os, respectivamente como objetos em si e os para si. Tais conceituações esclarece sobre como o homem lida com sua liberdade, sendo esta percebida e aceita, ou camuflada, pelo que Sartre (1987) denomina como má fé.

Para Sartre a essência de uma coisa é o que ela é, ou seja, a sua função no meio onde está inserida. Para exemplificar observa-se os modernos aparelhos de telefonia, os *smartphones*. A essência deste aparelho é o próprio aparelho. Dessa essência participam todos os outros *smartphones* existentes, não importando o modelo, a cor ou o fabricante. Mesmo que não se possua um aparelho como este, é possível imaginá-lo, pois a ideia, ou a essência deste aparelho permanece no pensamento. Portanto, a essência de algo não resulta necessariamente em sua existência. Segundo Penha (1982, p.59.) “A existência seria assim algo de concreto, enquanto a essência corresponderia a algo de abstrato”, isto posto, a essência de uma coisa é aquilo que essa coisa é em si mesma, sem precisar de algo a mais que a qualifique.

---

As coisas que são definidas como “em Si” são aquelas que já tem suas essências determinadas, portanto, possuem finalidades e não sofrem alterações em suas essências a partir de suas existências. São objetos fruto das técnicas que os precedem. Em vista disso, seria correto classificarmos a escola do campo como um objeto “em Si”? Sem dúvidas, a partir da filosofia de Sartre, não há outra forma de denominarmos essa instituição, como apontado por Sartre (1987) no caso das coisas, e somente para elas, a essência precede a existência.

Mas afinal, qual a essência da escola do campo? É necessário retornar em sua origem e debruçar sobre sua finalidade, sem perder de vista que, antes dela existir concretamente, como prédio, com salas de aula, paredes coloridas, lousas e carteiras, sua essência foi pensada e criada pelas pessoas que a idealizaram.

Observa-se que nas décadas de 1960 e 1970, marcantes para a economia brasileira, houve o aprofundamento do capital internacional e nacional, o que acarretou contradições e ampliou a desigualdade social. Como consequência, sucedeu um fortalecimento do movimento operário e camponês, surgiram partidos de esquerda e entidades que ansiavam transformações na estrutura social brasileira.

Segundo Queiroz (2004), as lutas pelas reformas de base foram avigoradas nesse período, por conta disso, os militares, que estavam no poder, organizaram intensas repressões, tanto no campo, quanto na cidade, onde usaram de torturas, mortes e processos forjados para conter as revoltas.

O Estado não se tardou a atentar que a educação pode ser um instrumento de doutrinação e controle social, em vista disso, segundo Sobral (2000), desenvolveram uma política educacional preocupada com a rentabilidade dos investimentos educacionais, o que cunhou na Reforma Universitária de 1968 e na lei de profissionalização do ensino médio de 1971.

O objetivo definido era formar mão de obra jovem para atuar na indústria que se fortalecia, portanto, a escola era um objeto “em si”, com sua essência estabelecida, resultado de técnicas de ensino e de organização física/estrutural que acabavam por impedir o desenvolvimento crítico e a chegada destes indivíduos no ensino superior. A partir deste modelo educacional, procurava-se manter o controle social e a estabilidade das classes, impedindo possíveis manifestações e organizações que iriam contra as propostas governamentais.

Benhamida, em seu livro *O existencialismo de Sartre e a educação*, publicado em 2000, mostra como o ensino tradicional, como o proposto pelos militares, que visava o indivíduo como um objeto do capital, pode ser entendida,

[...] como meio de doutrinação da pior modalidade. O indivíduo, por imposição legal, é obrigado a frequentar a escola; é submetido a um currículo e a uma disciplina, é forçado a fazer exames, etc. Do ponto de vista sartreano, tais práticas significam uma violência sobre a verdadeira liberdade e existência do indivíduo. (BENHAMIDA, 2000, p. 238).

Logo, contrapondo o aprisionamento educacional proposto, se propagou as ideias e experiências que viam na educação um instrumento de conscientização social, política e ferramenta necessária para transformar as estruturas capitalistas presentes na sociedade brasileira. Apesar do governo negar a população rural e urbana de pensarem a essência de suas escolas, permitindo que estas se realizem a partir da realidade de suas comunidades, segundo Queiroz (2004) uma organização dos produtores rurais, por intermédio de organizações e entidades que lutavam não apenas por uma educação

---

---

rural, mas sim por uma educação do campo. Estas lutas marcam o conjunto de iniciativas contra a concentração fundiária e principalmente um rompimento com a educação tradicional, desconcentrando também o conhecimento.

Eis que se inicia o pensar sobre a essência da escola do campo, determinando seu papel concreto na sociedade. A partir da década de 1970 tomam destaque os intentos a educação popular, através de viés políticos, da alfabetização de jovens e adultos e da formação de lideranças sindicais.

A partir desses intentos o ensino e a escola ganham outros significados em suas essências, por técnicas revolucionárias, influenciadas principalmente por teóricos marxistas. A educação não somente se concretiza para a manutenção do capital, mas sim, para a revolução das classes. Destaca-se o empenho pela criação das Escolas do Campo e pela legalização das Escolas Itinerantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

As escolas Itinerantes surgiram logo nos primeiros anos do movimento MST, a partir de práticas pedagógicas próprias, que motivavam os alunos a atuarem criticamente sobre a comunidade e o território em que viviam. Para este movimento a terra representa a possibilidade de trabalho, de produzir sua subsistência e viver de forma digna, porém, para esta comunidade de luta faltava um instrumento fundamental, o conhecimento, tanto para lidar com assuntos práticos, como para entender as conjunturas políticas, econômicas e sociais. Assim, a educação é para os Sem Terra arma de duplo alcance, tornando-se prioridade do movimento.

Influenciada por estas ideias, a Escola do Campo guia a sua formação e legalização. Gohn (2001) diz que os debates sobre a educação para a cidadania marcaram fortemente os anos de 1980 e teve papel fundamental nas conquistas dos trabalhadores na nova constituição de 1988, em que se destaca a proclamação da educação como direito para todos. Porém, como apontado, o estado desfruta da noção de que a educação é um instrumento de domínio da população, e segundo Cunha (2000), em 1990, iniciam novos pensamentos sobre a escola e a educação, mais uma vez põe-se em debate a essência educacional.

Movidos por concepções neoliberais, que proliferaram o discurso de que “só a educação poderia salvar o Brasil” (CUNHA, 2000, p.7), ocultando as verdadeiras origens dos problemas sociais que exigem mudanças estruturais, temos a influência das propostas e definições das agências financeiras internacionais no campo educacional, em especial o Banco Internacional de Reconstrução e Fomento, ou Banco Mundial – BIRD, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Gohn (2001) afirma que nestes discursos e embates houve crises nos movimentos sociais existentes. Porém, ocorreu avanço na Educação do Campo, ainda que a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) seja influenciada pelo Banco Mundial e por políticas neoliberais, pela primeira vez, na legislação, aparece uma referência a diversificação e especialização da oferta de educação básica para a população rural. O Artigo 28, da LDB, diz que,

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do

---

ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Pelo artigo 28 a essência da Escola do Campo ganha roupagem baseada em técnicas educacionais revolucionárias. Pela primeira vez, este ensino é legalmente considerado diferenciado e deve cumprir os interesses dos estudantes, uma luz que nos direciona a liberdade proferida por Sartre.

Segundo Gohn (2001) estas conquistas são resultado da constante luta dos movimentos sociais associada às experiências educacionais do campo, tais como as escolas do movimento MST, o que demonstra que a liberdade individual de escolha, feita pelos envolvidos na luta, por uma educação do campo libertária, se fez uma escolha coletiva, confirmando a afirmativa de Sartre (1987, 14) “O projeto individual é universal no existencialismo”.

Após a LDBEN, houve diversas conferências para se debater a identidade da Escola do Campo e, em 2002, a Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, aprovou as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Segundo estas diretrizes, a identidade da Educação do Campo é,

[...] definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associam as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (DIRETRIZES, Art. 2º, Parágrafo único).

Ao retornar aos debates da construção da Educação do Campo a partir das organizações militantes e das conferências organizadas por estes movimentos, apontam-se aspectos primordiais de sua essência.

Se a isso, acrescentarmos a compreensão de Educação, firmada na LDBEN, que salienta que é constituída por “processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Art. 1º, 22 e 26, LDB 9.349/96), alumbra-se de que a escola do campo tem sua essência na luta e permanência do trabalhador rural na terra, e para alcançar tais objetivos, esta instituição, como um objeto “em si”, serve para a libertação do homem.

Constatados os aspectos essenciais da Escola do Campo, conquistada por reivindicações populares após muita luta se fez legal e constitucional, como justificar o declínio atual dessas instituições? Como explicar o seu desaparecimento diante das lutas sociais e para além disso, como explicar o seu esvaziamento humano?

Ocorre que não somente de objetos “em si” se fazem as realidades humanas, a estas equações acrescentamos os seres humanos, que segundo Sartre (1987) são seres “para si”, ou seja, que não tem suas essências eternamente definidas e por isso, estas escolas não conseguem se realizar no concreto tão arduamente, quanto o faz no abstrato, pois “[...] a realidade não existe a não ser na ação, aliás, vai mais longe ainda, acrescentando: O homem nada mais é do que o seu projeto; só existe na medida que se realiza” (SARTRE, 1987, p. 13). Portanto, quais os projetos dos homens envolvidos nesse modelo de escola? Seriam estes projetos coerentes com a essência da Escola do Campo? Estas são questões que guiarão os debates a diante.

---

## OS INDIVÍDUOS SITUADOS E A LIBERDADE DE ESCOLHA: CONTRADIÇÕES COM O “EM SI” DA ESCOLA DO CAMPO

É preciso rever os posicionamentos de Sartre a respeito dos seres humanos. Para o existencialismo do filósofo o próprio homem é a junção da técnica e do objeto, “o que significa, aqui, dizer que a existência precede a essência? Significa que, em primeira instância, o homem existe, encontra a si mesmo, surge no mundo e só posteriormente se define” (SARTRE, 1987, p. 6).

Em sua condição de estar no mundo o homem se relaciona com objetos “em si” e com outros seres humanos, o que o leva a fazer escolhas que o formam, portanto, o próprio homem cria a sua essência, a partir de suas vivências e escolhas. Desta forma, como o homem se escolhe, não pode ser enquadrado como um ser “em si”, mas como “para si”. O ser “para si” significa ser livre em se escolher, porém Sartre não qualifica o homem como alienado e individualista, pois “Ao afirmarmos que o homem se escolhe a si mesmo, queremos dizer que cada um de nós se escolhe, mas queremos dizer também que, escolhendo-se, ele escolhe todos os homens” (SARTRE, 1987, p. 6).

Desta forma, meu projeto de mundo é o que escolho para toda humanidade, “nada pode ser bom para nós sem o ser para todos” (SARTRE, 1987, p. 4). Sobre os limites impostos à liberdade de escolha dos indivíduos, para Sartre os indivíduos são essencialmente livres, porém dois motivos os levam a estar situados, o primeiro, já explorado, o fato do homem escolher o homem, o outro é o homem situado em um meio. A integração pelo nascimento em um espaço e em um tempo é tomar desse lugar uma carga cultural e humana, se desvelar em uma situação física e histórica. Assim, nascer em um lugar é o mesmo que não nascer em outro. Apesar da situação em que somos inseridos involuntariamente pelo nascimento não determinar nossas ações, não nos é permitido tomar novas decisões se não pelo ambiente que nos foi imposto. A liberdade individual, portanto, não se faz desassociada de nossa inserção social “[...] o para-si não poderia ser pessoa, isto é, escolher os fins que é, sem ser homem, membro de uma coletividade nacional, de uma classe, de uma família, etc” (SARTRE, 2002a, p.606). Salvo isso, o homem tem o poder de ultrapassar essas situações.

Portanto as situações podem ser limites instituídos a liberdade, porém o homem pode escolher se as aceita como limitador de sua construção pessoal e coletiva ou se a supera em prol da liberdade e desenvolvimento humano. Ao ser humano sempre é resguardado o direito à liberdade de se escolher e de escolher a comunidade em que vive. A questão posta para pensar a Escola no Campo se faz em refletir sobre as escolhas feitas pelos indivíduos envolvidos, analisando as situações que estão inseridos como possíveis limitantes de suas opções e rever se a escola do campo realmente está seguindo o caminho em que sua essência lhe proclama.

Para Sartre o professor tem um papel definido na sociedade burguesa. Enquanto profissão tem uma ideologia, portanto, uma essência. Claro que o ser que ocupa este posto é “Para Si”, porém situado em um papel social, o de transmitir o conhecimento a quem a burguesia achar necessário. Para Sarde Neto o professor é “o detentor do saber que a sociedade burguesa lhe deu que é uma parte universal e particular. Enquanto detentor desse saber tem um poder encarregado pela sociedade burguesa de um poder burguês de seleção” (SARDE NETO, 2014, p. 11).

A superação desta situação está na ligação entre professores e alunos, na lateralidade de suas posições sociais, na permanência dos educadores na tendência de sua profissão na universalidade do conhecimento, na contestação do papel de

---

---

selecionador. Porém, o que faz de um professor, um ser intelectual? Na sociedade burguesa o seu papel/poder é o de eleger os conteúdos e o dos alunos é o de receberem os conhecimentos. Em uma sociedade socialista ideal não haveria intelectual, porque esta contraposição não existiria.

Portanto, o professor na sociedade capitalista foi transformado em uma profissão com um poder intelectual, uma elevação social a partir do conhecimento. Para que a educação seja livre é necessário que o professor supere essa situação que lhe foi imposta, negando este posto de superioridade, unindo-se aos alunos em verticalidade de conhecimento e *status*. Mas sendo ele um ser “Para Si”, pode escolher superar ou aceitar. Percebemos que na Escola do Campo, via de regra, a aceitação prevalece a sua contradição está na disputa pela terra. Ao mesmo tempo em que esta instituição foi pensada dentro de movimentos a favor da reforma agrária e representa um objeto de luta pela terra, de forma coletiva e a favor da horizontalidade dos indivíduos, tem em seu corpo discente pessoas que foram formadas com a ilusão de uma superioridade de sua posição social a partir de sua profissão.

Em *Saint Genet Ator e Mártir* (2002b), Sartre examina a coação moral burguesa latifundiária do Século XX, o que se assemelha com a atual Escola do Campo brasileira, respeitando-se as singularidades que as tornam únicas do ponto de vista de sua essência. Na comunidade relatada no livro, os proprietários de terra definem o ser pelo ter. Genet, que não tem nada material para ser, é adotado por uma família com posses, para se inserir socialmente neste mundo do possuir, rouba.

Um dado momento Genet é pego e condenado, mas afinal, não foi a moral burguesa que o levou a esse ato, já que determinaram o existir honroso pelo desfrutar de posses? Aqueles mesmos homens que definiram esta moral não permitiram a Genet a propriedade de coisa alguma, afinal o órfão não passava de um agregado, jamais receberia qualquer herança. Para aquela situação, não passava de um objeto para ilustrar a grande caridade burguesa.

O mesmo é percebido no atuar dos profissionais envolvidos na Escola do Campo. Os alunos e a comunidade servem para saciar a necessidade burguesa de demonstração de benevolência, além é claro da formação de mão de obra para as atividades econômicas locais e regionais. Porém, segundo a coesão moral dos professores e toda comunidade capitalista, estes indivíduos, não passam de seres que não seguem a moral imposta do possuir, por isso, como Genet, são apenas agregados.

Os alunos, por sua vez, não se identificam com os docentes, caso comum em qualquer escola. Não gostam do formato do colégio, autoritário e controlador. Anseiam a liberdade. Infelizmente o modelo escolar brasileiro não permite muitos momentos para manifestações livres de conhecimento e de observação da realidade como este. Os professores e alunos estão presos a valores burgueses. Apesar de suas diferenças internas, os conteúdos de ensino tendem a repetir a ‘cartilha’ das escolas urbanas. A essência da Escola do Campo se perde no meio destes conflitos. O debate sobre a reforma agrária e o direito à terra se enfraquece. A mesocracia impõe seus valores. As asas são cortadas.

## **A REVOLTA COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DO SABER NA ESCOLA DO CAMPO**

Abordar a temática Educação e Escola do Campo nos lança a estudar as estruturas que fomentam a crise entre as classes sociais, verificando as situações que



---

direcionam as escolhas dos indivíduos, compreendendo o papel do estado nesse jogo de interesses e acumulações, percebendo o quanto este modelo de escola deve superar o tradicionalismo em busca da liberdade individual e coletiva. Não há surpresas nem contradições em retornar a ideias marxistas para aprofundar nossos debates e situar nossos sujeitos. Para aquietar os ânimos dos que não acreditam que o existencialismo possa convergir com o marxismo, levemos em conta alguns pontos.

Penha (1982, p. 115) esclarece a relação entre as duas correntes filosóficas, segundo o autor a orientação do existencialismo francês “Era o de se desenvolver à margem do marxismo – não contra ele”, essa conclusão se fundamenta principalmente no posicionamento de Sartre, que se esforçou em se inteirar das ideias de Marx, assumindo que,

[...] o saber de nossa época é o marxismo. Trata-se, por isso mesmo, da filosofia insuperável de nosso tempo, quer dizer, nenhuma outra filosofia pode ir além do marxismo, pois as circunstâncias que lhe deram origem ainda não foram superadas” (PENHA, 1982, p. 116).

Então, a dedicação em estudar a Escola do Campo a partir da filosofia sartreana seria vã? Acreditamos que não, pois o marxismo tem mostrado limitações ao desenvolver as suas potencialidades. Desta forma, conjecturava Sartre, o existencialismo poderia complementar o marxismo, justificando-se pelo objetivo em comum, que é libertar o homem do regimento burguês.

Foi a partir da aproximação com o marxismo que Sartre compreendeu o homem como ser situado em um espaço/tempo. Segundo Marx (2008, p. 47) “A estrutura econômica da sociedade [...] condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral”. Sartre (1987; 2002a) discorda com a proporção deste condicionamento, já que para ele o homem sempre será livre em escolher, não importa a situação, porém considera que o espaço/tempo em que surgimos conduz nossas seleções.

No Livro *Admirável Mundo Novo*, publicado em 1932, Aldous Huxley demonstra exatamente como a manipulação dos indivíduos nem sempre atinge seus objetivos, confirmando as afirmativas sartreanas. A fábula futurista relata uma sociedade completamente organizada sob um sistema científico de castas, nela não haveria vontade livre, pois foi abolida pelo condicionamento, a servidão seria aceitável devido a doses regulares de felicidade química, ideologias seriam ministradas em cursos durante o sono. Trata-se de uma comunidade formada por seres humanos pré-programadas genética e psicologicamente para desempenhar e gostar de seu papel social, sem questionar ou desejar, simplesmente ser o que lhes foi designado pelo Estado, o mantenedor do bem-estar geral. No desenrolar dos acontecimentos, os sujeitos da história percebem que são manipulados e se rebelam contra o sistema. Mesmo que as vontades individuais sejam desencorajadas há oportunidade de escolha, como a de um personagem, que para alcançar a sua liberdade, comete suicídio.

Em um ponto os dois filósofos concordam, o homem constrói, segundo Sartre (2002a), suas situações, segundo Marx (2008), suas relações. Para o pensamento sartreano o homem é essencialmente livre, mas na sociedade a tal liberdade está alienada. Silva (2005, p. 191) complementa dizendo que tal alienação criou “[...] a bizarra situação na qual o indivíduo sozinho, não pode mais fazer uso de sua liberdade, uma vez que ela está esmagada pelas estruturas sociais que foram criadas”.

A sentença de Marx é explanada no prefácio de seu livro *Para a crítica da economia política*, publicado em 1859. De acordo com o autor,

---

[...] na produção social da própria vida, os homens constroem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. (MARX, 2008, p.47)

Desta forma, o homem constrói situações/relações que permitem o desenvolver das forças de produção. Este processo de construção de alienações à liberdade humana acontece a partir da economia, que gera as classes pelas posses, essas promovem o conflito e este, a manipulação. O Estado surge como dominador e mantenedor da ordem social, ou seja, responsável por manipular as massas sucumbidas, distorcer a verdade, condicionar os indivíduos e cortar as asas da liberdade.

Os indivíduos que não gozam de oportunidades de compreender as situações não percebem, via de regra, que são manipulados e controlados, não terão acesso aos conhecimentos históricos que os mostre como surgiram enquanto coletividade cultural e social, não poderão se rebelar contra o sistema, serão abatidos pelas forças opressoras burguesas.

Eis o papel da escola: situar os sujeitos, permitindo-lhes escolher se desejam manter a atual ordem das classes ou se rebelar contra ela; mostrar os acontecimentos históricos que nos produziu e indicar caminhos a seguir e; deixar os estudantes livres a escolher seus destinos individuais e coletivos.

Apoiando-se na contribuição sartreana, entendemos que a educação visa a horizontalidade e o universalismo do saber, alicerçada em um Projeto Pedagógico que busca educar para a liberdade, fundamentando-se nas condições sócio históricas e existenciais da *práxis*, individual e coletiva. A busca da liberdade estrutura-se na revolta, no arbítrio do professor, do educando e das instituições de ensino, de serem protagonistas da construção do conhecimento, sem controle e imposição.

A Escola do Campo, que em sua essência se mostra como um instrumento de luta contra a estrutura fundiária, tendo como proposta metodologias pedagógicas progressistas, converge com a concepção de Sartre sobre liberdade.

Segundo Lima (2004) para que a prática educativa alcance a *práxis* do indivíduo autônomo e livre é necessária a revolta, situando o sujeito historicamente e buscando a liberdade do ser como condição de humanização. O que impede essa revolta é o controle social exercido pela burguesia sobre as classes. A escola é sucateada, o Estado exige controlar seus conteúdos e metodologias, em contrapartida recusa-se a direcionar verba para seu funcionamento pleno.

Camuflado de neoliberalismo, promovendo um discurso de liberdade diferente da defendido por Sartre, o Estado intervém na educação a fim de controlá-la ao máximo. A aparente democracia que vivemos nos remete a direitos básicos, que se não fornecidos podem causar instabilidade entre as classes. A partir da permissão da burguesia, o Estado concede os direitos aos cidadãos, mas de forma contida e observada. A escola, aos alunos e aos professores pouco resta de liberdade em escolher os caminhos educacionais, ou seguem o proposto ou são excluídos do ambiente intelectual que lhe são permitidos frequentar. Segundo Sartre (2002, p 600) “[...] a revolução, momento em que um grupo de homens recupera suas liberdades e se engajam livremente em um projeto comum de mudança é sempre possível”. A possibilidade de revolução na educação perpassa pela maneira como o professor e a instituição reconhece o estudante como um ser livre, isto é, um sujeito que assume o poder de protagonizar a sua história.

---

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação do campo enseja a união de movimentos sociais rurais e urbanos para se situar como um direito essencial do cidadão. A sua essência se mostrou por meio dos embates travados historicamente, apesar de sua concretização estar aquém das expectativas em torno de sua existência. A relação dos seres humanos com essas instituições justifica as dificuldades em alcançar a *práxis* educativa inerentes a sua essência. A conquista da educação do campo se fez arduamente por meio de embates e enfrentamentos, mostrando que a relação dos sujeitos com estas instituições se fez por um difícil caminho, mas, ainda há muito para se alcançar uma *práxis* educativa que prime por uma formação autônoma, cuja liberdade se desponte como condição *sine qua no* para a humanização.

Os homens, seres para si são livres para escolher seus caminhos individuais, porém suas escolhas influenciam o coletivo, e podem distanciar a escola do campo de sua essência, impedindo que esta se concretize como um objeto de luta pela permanência do produtor rural na terra. Professores que, envoltos pela moral burguesa de seleção, podem ofuscar a liberdade de seus alunos, pelo distanciamento entre a prática educativa e a essência da educação do campo, expressa em seus valores e princípios pedagógicos.

Na ontologia sartreana é possível uma educação livre, para isso é preciso que o professor entenda o estudante como liberdade e não como uma tábula rasa, que precisa ser salvo do abismo obscuro da falta da tão aclamada intelectualidade da classe média. Se os projetos existenciais individuais concordarem, podemos revolucionar a educação, mas para isso é preciso que nós professores superemos a falsa elitização de nossa profissão e nos unamos aos estudantes em prol da liberdade.

Cabe ao professor ajudar o estudante a compreender que é livre, que sua situação se deve a forças criadas pelo homem para favorecer o capitalismo e que estas não são eternas e nem indestrutíveis. Ao estudante importa aceitá-las ou modificá-las, mesmo que esta escolha aceitar, estará ciente que é responsável por sua escolha, não somente individualmente, mas coletivamente. Se o professor aceitar a sua situação de mantenedor e reproduzidor do saber, não lidando com a emancipação humana, poderá confirmar a sua condição de objeto de ensinar, e como todo objeto, substituível.

O papel da educação é lutar contra macroestruturas para libertar o homem, mas seria esta tarefa possível? Os mecanismos de mudança social nos é dado, colocá-los em prática são escolhas. Ao deparar-se com crianças e adolescentes, os educadores podem guiá-los dentro da socialização, valorizando suas liberdades de expressões e suas vontades. Ao contrariar, o adolescente questiona as regras, podendo reafirmá-las ou negá-las, construindo assim um mundo novo. Sartre (1987; 2002) e Beauvoir (1970) orientam que esse processo de contradição é inerente ao homem, portanto, aprender a ser significa compreender que as escolhas têm repercussão na humanidade e que se escolhendo, o sujeito escolhe a todos. A pergunta que deve ser apresentada aos educandos é: Qual mundo você deseja para nós?

Para que a Escola do Campo seja plena e alcance a *práxis* que se propõe é necessária a revolta, isto é, a experiência de o sujeito ultrapassar os limites da sua própria situação. Sartre fundamenta neste projeto educacional, a sua filosofia da liberdade e da moral. Precisamos acordar os “Para-si”, situar os indivíduos, permitir-lhes serem livres em se escolher e escolher o mundo, adverti-los que suas escolhas influenciam a todos. É preciso soltar as asas e deixá-los voar.

---

## REFERÊNCIAS

- BENHAMIDA, K. **O existencialismo de Sartre e a educação**: a falta de fundamentação para as relações humanas. *Educational Theory*, Illinois (EUA), n. 23, p. 230-239, 2000.
- BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDBEN. Lei no. 9.394 de dezembro de 1996. BRASIL/MEC.
- CNE. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Resolução nº. 1, de 3 de abril de 2002, Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.
- CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino Médio e Ensino Técnico na América Latina**: Brasil, Argentina e Chile. Rio de Janeiro: FLACSO/Brasil, 2000. Texto não publicado.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- HUXLEY, Aldous. **Admirável Mundo Novo**. 5ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1979.
- LIMA, Walter Matias. Revolta e Liberdade: Sartre e a Educação. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, v. 3, p. 14-19, 2004.
- MARX, Karl. **Contribuição a Crítica da Economia Política**. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- PENHA, João da. **O que é Existencialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- Portal Educação, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/48764/referencias-bibliograficas-tiradas-na-internet-como-colocar-no-trabalho>>. Acesso em: 14 de novembro de 2016.
- QUEIROZ, João Batista Pereira de Construção das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil. Ensino Médio e Educação Profissional. Brasília: UnB, 2004. **Tese** (Doutorado) – Universidade de Brasília.
- SARDE NETO, Emílio. **Jean Paul-Sartre e a Perspectiva do Método em Geografia**. Meu acervo Digital, 2014.
- SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da Razão Dialética**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SARTRE, Jean-Paul. **Saint Genet ator e mártir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um Humanismo**, trad. Rita Correia Guedes. São Paulo: Nova Cultura, 1987. (Coleção os Pensadores)
- SILVA, Luciano Donizete da. **Existencialismo e Educação** – A filosofia sartreana da liberdade como fundamento pedagógico? *Aprender – Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação*, Vitória da Conquista, nº 4, p. 175-200, 2005
- SOBRAL, Fernanda Antônia da Fonseca. **Educação para a Competitividade ou para a Cidadania Social?** São Paulo em Perspectiva. *Revista da Fundação SEADE*, São Paulo, n. 1, p. 3-11, 2000.